



Senado Federal
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Requerimento nº 13, de 2024
Comissão Mista de Orçamento - CMO

Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, com a presença do Ministro da Fazenda, sr. Fernando Haddad, e da Ministra do Planejamento e Orçamento, sra. Simone Tebet.

Senhor Presidente,

Requeiro, na condição de Relator-Geral do Orçamento para 2025 e com fundamento no artigo 29 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional, a realização, no dia 8 de outubro próximo, de audiência pública para debater aspectos importantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 (PLN 26, de 2024).

Para tanto, solicito o envio de convite para as seguintes autoridades:

- sr. Fernando Haddad, Ministro da Fazenda;
- sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento.

Justificativa

A realização de uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 é importante instrumento para aprofundar o





Senado Federal
Gabinete do Senador Angelo Coronel

debate sobre as principais diretrizes que irão definir o próximo ciclo orçamentário do país. Esta audiência permitirá que o Congresso Nacional exerça plenamente seu papel de fiscalizador e discutidor das prioridades do governo, trazendo transparência ao processo e assegurando que as decisões tomadas estejam alinhadas com as necessidades reais da sociedade brasileira e com o cenário fiscal projetado.

Um dos pontos centrais a serem discutidos é a meta de déficit zero para 2025, uma proposta ambiciosa que reflete o esforço do governo em equilibrar as contas públicas. No entanto, como demonstrado no próprio PLOA, o déficit não é exatamente zero quando consideramos o mecanismo de abatimento de meta, que exclui determinadas despesas do cálculo, como o pagamento de precatórios e despesas decorrentes de calamidades públicas, totalizando cerca de R\$ 44,1 bilhões. Embora a Lei Complementar nº 200, de 2023, institua essa flexibilidade, é preciso analisarmos o impacto dessas exceções com cautela. Além disso, o PLOA prevê R\$ 46,7 bilhões em receitas condicionadas à aprovação de mudanças legislativas, como o aumento da CSLL e da tributação sobre o JCP, o que adiciona incerteza ao orçamento. Discutir essas variáveis com as autoridades competentes será fundamental para esclarecer a viabilidade dessas metas e garantir a transparência e sustentabilidade fiscal.

A audiência também será uma oportunidade para avaliar a projeção de crescimento econômico de 2,64% prevista pelo governo. Esta expectativa é mais otimista que as projeções do mercado, que apontam para um crescimento de 1,85%. A discussão sobre essa diferença de expectativas entre o governo e o mercado será crucial para entender os riscos associados ao cumprimento das metas de arrecadação e de controle de gastos, o que impacta diretamente a sustentabilidade do orçamento.

Outro aspecto relevante são as despesas obrigatórias, que representam 92% do total das despesas primárias, deixando apenas 8% de margem para despesas discricionárias. O baixo percentual de flexibilidade orçamentária destaca a





Senado Federal
Gabinete do Senador Angelo Coronel

necessidade de debater como serão priorizados os investimentos e as políticas públicas, especialmente em áreas cruciais como saúde e educação. A audiência permitirá explorar as estratégias para o gerenciamento dessa restrição, garantindo que os setores mais vulneráveis não sejam prejudicados.

A realização desta audiência pública é, portanto, indispensável para que o Congresso Nacional possa tomar decisões informadas e equilibradas sobre o PLOA 2025, garantindo que o texto que será aprovado reflita as necessidades da população e as prioridades de desenvolvimento do país.

Senador Angelo Coronel (PSD / BA)
Relator Geral PLOA 2025

